

# Barelli ve <sup>Com. Oran</sup> recuperacão 19 FEVEREIRO 1992 JORNAL DE BRASÍLIA do mínimo como saída

Belo Horizonte — A recuperação dos salários diminuiria o desemprego e aliviaria a recessão do País. A ideia foi defendida ontem pelo economista Walter Barelli, professor da Universidade de Campinas (Unicamp), que abriu, em Belo Horizonte, o seminário "SOS Salário Mínimo", promovido pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), Central dos Trabalhadores (CGT), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e Força Sindical.

"A medida que há mais renda, aumentam as possibilidades de compras e desenvolvimento", disse Barelli, que negou haver o risco de falências, alegado por empresários, com o aumento de salários, lembrando que a justificativa já era usada na época da escravidão. "Diziam que se o negro passasse a receber salário, todos os pequenos fazendeiros e comerciantes quebrariam. Aconteceu o contrário. O Brasil cresceu muito após a abolição".

Na opinião do economista, o salário de fevereiro, que será corroído pela inflação do mês antes mesmo de ser pago, deve chegar ao patamar do piso pago em dezembro, quando representava apenas 26,06% do valor instituído no governo Getúlio Vargas. Ele argumenta que a recuperação do mínimo influenciaria no ganho dos salários de trabalhadores que atual-

mente recebem acima do piso: "Com o arrocho do mínimo, caiu o nível de vida do brasileiro", comentou.

Walter Barelli lamentou que o salário mínimo não seja preocupação da sociedade, nem mesmo das centrais sindicais. "Há um baixo nível de consciência sindical no Brasil. As centrais buscam saídas corporativas dos pisos e benefícios indiretos de suas categorias, esquecendo-se do conjunto dos trabalhadores", afirmou. O economista condenou, ainda, políticos norteados de tentarem manter reduzido o índice do salário, sob alegação de que a região é pobre e não pode arcar com vencimentos altos.

Ele denunciou que representantes do Ministério da Economia na Comissão Técnica do Salário Mínimo já apresentaram proposta de regionalização do mínimo, com pagamentos diferenciados por estado. A comissão, criada pela Lei nº 8.222 do ano passado, irá apresentar em 5 de março uma proposta de regulamentação do mínimo, para atender a Constituição de 1988. Fazem parte representantes do Dieese, da Fipe, da Fundação Getúlio Vargas, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e dos Ministérios da Economia e do Trabalho e Previdência Social. Estudos do Dieese revelam que o mínimo deveria ser, em janeiro, de Cr\$ 534.383,00 para atender às necessidades de uma família de quatro pessoas.